

PROCESSO - A. I. Nº 269200.0060/07-1
RECORRENTE - CEREALISTA MONTEIRO LTDA. (SUPERMERCADO MONTEIRO)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0191-02/08
ORIGEM - IFEP – DAT/NORTE
INTERNET - 24/09/2010

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0281-12/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito por parte do sujeito passivo, ficando, consequentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado recorrente acerca da Decisão proferida pela 2ª JJF do CONSEF em relação ao Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 27.12.07, que trata das seguintes infrações: Infração 1 - falta de entrega de arquivos magnéticos exigidos mediante intimação com informações das operações ou prestações realizadas – a empresa deixou de apresentar os arquivos magnéticos após ter sido regularmente intimada, tendo os referidos arquivos sido entregues com inconsistências, particularmente no que se refere às quantidades de mercadorias relativas a documentos fiscais de entradas e saídas de mercadorias –, sendo aplicada multa de 1% sobre o valor das saídas anuais realizadas em cada exercício fiscalizado, totalizando R\$136.546,27; Infração 2 - falta de recolhimento de ICMS por ter praticado operações tributáveis como se fossem não tributáveis – saídas de produtos da cesta básica em doação a funcionários –, sendo lançado tributo no valor de R\$10.247,90, com multa de 60%; Infração 3 - utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento [sic], sendo glosado crédito no valor de R\$28,19, com multa de 60%; Infração 4 - falta de pagamento da diferença de alíquotas de ICMS nas aquisições interestaduais de bens destinados ao ativo permanente, sendo lançado imposto no valor de R\$736,40, com multa de 60%.

O autuado defendeu-se declarando reconhecer parcialmente o débito da infração 2, no valor de R\$4.219,74, e totalmente os débitos das infrações 3 e 4. Com relação à infração 1, o autuado requer a nulidade do lançamento. Pede que seja julgado improcedente e arquivado o presente processo quanto aos pontos questionados. Requer a realização de diligência para que, a partir do exame de sua contabilidade, sejam comprovadas as alegações feitas.

O fiscal autuante prestou informação fiscal rebatendo as alegações no que tange às infrações questionadas e opina pela manutenção do Auto de Infração em seu inteiro teor, ou seja, pela Procedência total do referido Auto de Infração. O órgão preparador deu ciência da informação ao sujeito passivo, entregando cópia, inclusive das peças às fls. 186 e 187.

O autuado manifestou-se para ratificar todos os termos da impugnação inicial, acrescentando, em relação à infração 1, que o fiscal se equivocou, pois, conforme foi provado na impugnação, foram entregues todos os arquivos magnéticos solicitados, retificando os mesmos na medida em que foram solicitados, de modo que a multa é improcedente, pois não se refere à infração 2, protesta pelo que foi argumentado pelo autuante

A 2ª JJF, após análise dos fatos e documentos acostados aos autos, decidiu, por Decisão não unânime, que a autuação aplicada pelo autuante era Procedente.

O autuado interpôs Recurso Voluntário (fls. 217/222) contra Decisão da 2ª JJF, objetivando reformar sua Decisão. No referido Recurso Voluntário o autuado reprisa as argumentações da impugnação inicial, solicitando a total improcedência do Auto de Infração que deu origem ao presente PAF.

A PGE/PROFIS (fls. 360/366), opina pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário, de modo que sejam revistas as datas de ocorrência dos fatos geradores.

Ao final dos autos, constata-se que o autuado, desistindo do Recurso Voluntário interposto, resolve proceder ao pagamento integral do valor da autuação mantido pela 2ª JJF, com os benefícios fiscais da Lei Estadual nº 11.908/10.

VOTO

Compulsando os autos, verifiquei que o autuado reconhece o débito fiscal e valendo-se dos benefícios fiscais instituídos pela Lei Estadual nº 11.908/10, efetuou o pagamento integral do valor da autuação mantido pela 2ª JJF, com o desconto concedido por força da lei, conforme consignado nos autos. Por conseguinte, resta **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário, extinguindo-se o crédito tributário com o pagamento total do débito por parte do sujeito passivo com base nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN. Fica, por consequência, **EXTINTO** o presente Processo Administrativo Fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para fins de homologação do pagamento efetivamente recolhido e o arquivamento do processo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **269200.0060/07-1**, lavrado contra **CEREALISTA MONTEIRO LTDA. (SUPERMERCADO MONTEIRO)**, devendo o recorrente ser cientificado da Decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento efetuado com os benefícios da Lei nº 11.908/10 e, após, o arquivamento do processo.

Sala de Sessões do CONSEF, 25 de agosto de 2010.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

CARLOS HENRIQUE JORGE GANTOIS – RELATOR

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA – REPR. DA PGE/PROFIS